

Como Transformar Portugueses em Brasileiros: José Bonifácio de Andrade e Silva

Valdei Lopes de Araujo¹

I. Introdução

O objetivo deste artigo é analisar alguns conceitos fundamentais na representação da experiência do tempo em um momento bem determinado da obra de José Bonifácio (1763-1838). Trata-se de verificar os efeitos da experiência histórica marcante do processo de independência do Brasil em um pensador e político profundamente integrado ao reino de Portugal.²

Para realizar esse percurso foi selecionado um conjunto de textos representativos da atuação de Bonifácio entre 1822 e 1825. Nesse relativamente curto intervalo de tempo é possível perceber uma descontinuidade marcante nas interpretações de Bonifácio sobre o lugar que o mundo luso-brasileiro poderia ocupar nos tempos modernos. Interessa sobretudo, acompanhar o deslocamento das identidades, ou seja, como um antigo membro da administração portuguesa, que esteve diretamente envolvido nos projetos de restauração do Reino, pensou a formação e transformação dos brasileiros a partir de fontes muito distintas.

Uma parte significativa da historiografia brasileira privilegiou o tratamento da obra de Bonifácio a partir da perspectiva do construtor da nação, como que repercutindo o título de “Patriarca da Independência” consagrado ao longo do século XIX por uma história que pode ser chamada de “romântica”.³ O argumento desenvolvido nesse artigo procura se afastar da imagem de Bonifácio como pai fundador ou precursor da nacionalidade, ou ainda, sob outro ponto de vista, como um pré-romântico. Isso não quer dizer que não seja possível adotar justificadamente tais perspectivas, mas simplesmente que as perguntas que pretendemos levantar exigem a concentração da

¹ Professor Adjunto da Universidade Federal de Ouro Preto. Doutor em História Social da Cultura pela PUC-Rio. Esse artigo, com ligeiras modificações, é parte da minha tese de doutorado defendida em abril de 2003.

² Bonifácio ocupou diversos cargos na burocracia metropolitana, seja na cátedra de metalurgia, na universidade de Coimbra ou nas diversas atividades administrativas ligadas à mineralogia. Foi Intendente Geral das Minas e Metais, Diretor da Casa da Moeda entre outras funções, chegando, em 1820, a Conselheiro de Estado.

³ Certamente é possível pensar classificações mais precisas para denominar segmentos específicos dessa historiografia, aqui se utiliza “romântico” apenas para destacar o que para esta análise é fundamental, ou seja, o fato dessa historiografia dispor de um conceito de **nação** enquanto individualidade histórica que se revela ao longo do tempo.

análise em quadros históricos mais limitados que possam mitigar os efeitos da história da construção da nação “romântica” sobre esses momentos da obra de Bonifácio.⁴

**

Envolvido, ainda em Portugal, com um projeto de Restaurar a grandeza do passado português, Bonifácio lentamente redefinia sua inserção pessoal. Ao voltar para o Brasil em 1819 o projeto da restauração portuguesa já havia sido substituído pela idéia mais perturbadora de uma regeneração de Portugal no Brasil.

A velocidade com que o processo político avançou para a emancipação política do Brasil entre 1819 e 1822 exigiu de Bonifácio grande flexibilidade de suas idéias originais. É para a Assembléia Geral Constituinte e Legislativa, convocada em junho de 1822, que Bonifácio escreveu duas “memórias” reveladoras do caminho que a regeneração deveria tomar.⁵ A primeira, apresentada em junho 1823, trata da civilização dos índios bravos; a segunda, acerca da questão da escravidão, não chega a ser apresentada, sendo publicada de seu exílio na França, em 1825.⁶ Passado o momento crítico da afirmação da Independência, tratava-se de executar alguns dos projetos sempre adiados.

O projeto de regenerar Portugal no Brasil surgiu na reflexão de Bonifácio ainda nos tempos de Secretário da Academia das Ciências de Lisboa, respondia ao crescente sentimento de que seria impossível restaurar o velho reino. A emancipação política do Brasil parecia ter resolvido o problema de garantir o solo, a geografia para a regeneração. Por isso, tinha sido vital defender a integridade geográfica do Reino do Brasil. Restava ainda o problema de habitar este espaço. Os anos de dominação metropolitana não haviam contribuído em nada para a civilização dos habitantes. Os portugueses, decadentes ou “estragados” — no caso dos colonos europeus —, os índios selvagens e os escravos importados eram a matéria-prima disponível para esta

⁴ Existe um grande número de obras, mais ou menos biográficas, sobre José Bonifácio, cito apenas algumas: Otávio Tarquínio de Sousa. **O pensamento vivo de José Bonifácio**, *passim*; José Luiz dos Santos (Org.) **José Bonifácio**, *passim*; Therezinha de Castro. **José Bonifácio e a unidade nacional**, *passim* e Ana Rosa C. da Silva. **Construção da nação e escravidão no pensamento de José Bonifácio, 1783-1823**, *passim*, Berenice Cavalcante. **José Bonifácio**, razão e sensibilidade, uma história em três tempos, *passim*.

⁵ São elas: “Apontamentos para a Civilização dos Índios Bravos do Império do Brasil” e “Representação à Assembléia Geral Constituinte e Legislativa do Império do Brasil sobre a Escravatura”.

⁶ Certamente essas idéias não eram novas, Bonifácio vinha amadurecendo suas opiniões desde há algum tempo. Vejam-se, por exemplo, as observações feitas a esse respeito em carta ao conde de Funchal, datada de 1813. José Bonifácio de Andrada e Silva. **Projetos para o Brasil**, p. 170.

operação.⁷ Coerente com o movimento de destruição crítica do passado e de suas referências concretas, identificadas agora com o velho, Bonifácio passaria a priorizar a ação sobre os elementos menos contaminados, ou seja, o índio e o negro:

Com efeito, o homem primitivo nem é mau naturalmente; é um mero autômato, cujas molas podem ser postas em ação pelo exemplo, educação e benefícios. Se Catão nascera ente os sátrapas da Pérsia, morreria ignorado entre a multidão dos vis escravos. Newton, se nascera entre os Guaranis, seria mais um bípede que pisara sobre a superfície da terra, mas um Guarani criado por Newton, talvez que ocupasse o seu lugar.⁸

O grande entrave à civilização não eram os selvagens ou bárbaros, mas o preconceito, a ignorância e o egoísmo de povos como os portugueses da Europa, gastos pelo tempo e endurecidos pelo luxo e pela corrupção. A experiência de Roma já havia demonstrado como os povos bárbaros podem levar novas forças a uma civilização decadente. Fundamentado na experiência dos jesuítas com a catequização dos índios, Bonifácio concluía que tais povos também seriam passíveis de civilização:

Tenho pois mostrado pela razão e pela experiência, que apesar de serem os índios bravos uma raça de homens inconsiderada, preguiçosa e em grande parte desagradecida e desumana para conosco, que reputam seus inimigos, são contudo capazes de civilização, logo que se adotam meios próprios, e que há circunstância e zelo verdadeiro na sua execução.⁹

A suposta proximidade com a natureza e a “ingenuidade” de seus costumes garantiam ao índio o papel de bom selvagem. Certamente parecia mais fácil converter tais homens, não tocados pelos preconceitos e luxos, do que os europeus. A recuperação da experiência jesuítica, ao mesmo tempo sedutora e problemática, evidencia a persistência das formas pragmáticas de relacionamento com o passado. Embora razão e experiência apareçam lado a lado, a primeira exerce, soberana, seu papel normativo.

A “Representação sobre a escravidão” reflete o otimismo na capacidade de empreender profundas reformas na estrutura social herdada do período “colonial”.¹⁰ Embora a “Advertência” introdutória sugira que o texto estava sendo publicado sem a revisão do autor, na verdade todo o processo era controlado, de perto, por Bonifácio em

⁷ Em alguns momentos, esse sentido de renovação moral é transparente: “Todos os pobres de Portugal que morrem de fome, todos os vadios criminosos e putas serão transportados e tratados como fazem os ingleses para a Nova Holanda”. José Bonifácio. Avulsos. In _____. **Projetos para o Brasil**, p. 175.

⁸ José Bonifácio de Andrada e Silva. “Apontamentos para a Civilização dos Índios Bravos do Império do Brasil”. In _____. **Obra política**, p. 75.

⁹ *Ibidem*, pp. 75-6.

¹⁰ Para uma análise da “Representação” no conjunto da obra de Bonifácio, sob o ponto de vista da questão da escravidão, ver Ana Rosa C. da Silva. *Op. cit.*, pp. 178-9ss.

freqüentes cartas ao amigo Antonio Menezes Vasconcellos de Drumond. Entre 1823 e 1825 o texto não sofre alterações profundas, o que pode ser verificado comparando-se a versão publicada com o manuscrito.¹¹ Uma importante modificação foi a inclusão de duas longas notas, assinadas pelas mesmas iniciais da Advertência. A primeira trata da conservação dos bosques e a segunda é uma referência ao livro *Congrès de Panama* de De Pradt.¹²

A defesa da extinção do tráfico e da escravidão é sustentada por dois conjuntos de argumentos. De um lado, a escravidão seria contrária aos “princípios eternos da razão e da religião”; de outro, prejudicial aos interesses econômicos e políticos dos proprietários. A cada dia ficava mais evidente que a existência de uma multidão potencialmente explosiva era uma ameaça constante à ordem que se procurava instaurar. As relações sociais derivadas da existência da escravidão levavam ainda à degeneração moral dos homens livres, acostumados ao enriquecimento fácil, alheios a qualquer tipo de trabalho regular. Uma sociedade em que a riqueza nascia da exploração de outros seres humanos não poderia desenvolver a industriiosidade e a firmeza moral necessárias à verdadeira civilização.¹³

Para Bonifácio, assim como para muitos intelectuais nos jovens países americanos recém-independentes, o problema da constituição de sociedades tão fortes quanto as do Velho Mundo era uma questão apenas de engenharia política e trabalho. A nova nação brasileira estava submetida às mesmas condições e aos mesmos princípios que organizavam todas as demais. O desafio *não era construir um modelo original ou adaptado*, mas aplicar e desenvolver princípios universais. A natureza, que seria tão importante para ajudar a destacar os brasileiros de outros povos nas gerações seguintes, é aqui a mesma que em qualquer outro lugar: “A natureza provida e sábia em toda e qualquer parte do Globo dá os meios precisos aos fins da sociedade civil, e nenhum país

¹¹ Alguns manuscritos de Bonifácio foram publicados no volume intitulado “Projetos para o Brasil”, organizados por Miriam Dolhnikoff.

¹² A leitura da correspondência entre José Bonifácio e o amigo Antônio de Menezes Vasconcelos de Drummond ao longo do ano de 1825 leva a crer que esse último é o autor tanto da advertência quanto das duas notas assinadas pelas iniciais A.D. Em uma das cartas ele chega mesmo a agradecer pela nota. Cf. José Bonifácio de Andrada e Silva. **Obra política**, pp. 151,155. Em edições recentes, a referência A.D. tem sido inadvertidamente suprimida do texto, o que tem levado alguns autores a atribuí-las equivocadamente ao próprio Bonifácio.

¹³ Bonifácio compartilhava o tipo de crítica que estrangeiros como John Luccock faziam à sociedade carioca do início do século XIX: “[...] os mecânicos brancos [...] consideravam-se todos eles fidalgos demais para trabalhar em público, e que ficariam degradados se vistos carregando a menor coisa, pelas ruas, ainda que fossem as ferramentas do seu ofício”. John Luccock. **Notas sobre o Rio de Janeiro e partes meridionais do Brasil**, p. 73.

necessita de braços estranhos e forçados para ser rico e cultivado”.¹⁴ Se, no Brasil, a natureza se mostrava mais vigorosa, devia-se isso apenas ao fato de não ter sido alterada pela ignorância e pela ambição humanas.

Conceitos como **nação** e **civilização** não adquiriram ainda a espessura “histórica” que lhes será atribuída mais tarde. Por isso, era possível imaginar que o destino do Brasil seria construir uma unidade política capaz de rivalizar com os grandes Estados europeus. É notório que o texto está organizado em torno da percepção de que a massa de escravos representa uma ameaça constante à ordem, mas a solução proposta faz crer que, por partilharem da condição de homens racionais, esses indivíduos poderiam ser integrados ao corpo social.

A fé no aperfeiçoamento constante dos homens fazia acreditar que aos novos países só era necessário tempo e confiança na sã política para desenvolverem sociedades tão ou mais poderosas que as europeias. A universalidade da razão humana era a chave que permitia acreditar na continuidade civilizatória entre a América e a Europa.¹⁵ O Novo Mundo tinha ainda a vantagem de não ter de suportar o desgaste de um passado de obscurantismo e preconceito. Sendo os produtos da razão aplicáveis universalmente, eles poderiam migrar e orientar os novos povos sem que fosse necessário repetir os erros de um processo histórico marcado por constantes retrocessos e hesitações.

Em seus relatos sobre os acontecimentos na América, o francês De Pradt — defensor empenhado da comunhão de interesses entre os dois mundos — via no casamento de uma princesa austríaca, Dona Leopoldina, com o príncipe Dom Pedro, herdeiro de Portugal,¹⁶ um presságio e modelo para o futuro das relações entre a Europa e a América:

Le monde vient de voir ce qu'il n'avait jamais vu: une archiduchesse d'Autriche franchissant les mers pour aller au Brésil essayer le premier trône que l'Amérique ait offert à une princesse venue d'Europe pour régner sur elle: la fille des Césars modernes, transplantée dans des climats dont les premiers Césars n'avaient point soupçonné l'existence. Jamais l'aigle d'Autriche, cet aigle qui, à l'aspect de trônes, se transforme si volontiers en colombe (Tu felix Austria nube), n'avait pris un vol aussi lointain. Cette alliance est l'initiative de celles que le nouveau Monde est appelé à contracter avec l'ancien: liens heureux, liens favorables pour tous les deux, en leur donnant les moyens

¹⁴ José Bonifácio de Andrada e Silva. “Representação sobre a Escravidão”, p. 68.

¹⁵ Para os sentidos culturalista e universalista do conceito de civilização na segunda metade do século XVIII, ver Philippe Beneton, **Histoire des mots culture e civilisation**, p. 40.

¹⁶ Para uma descrição densa do episódio, remeto o leitor ao livro de Jurandir Malerba. **A corte no exílio**, pp. 60-90.

de se connaître mieux, en les forçant à travailler l'un pour l'autre, et à veiller à leur bonheur mutuel.¹⁷

De Pradt observava ansioso as lutas pela independência das colônias americanas. Foi um dos primeiros a identificar, na transferência da corte portuguesa para o Rio de Janeiro, o início do processo de independência do Brasil, o que, junto com outras “previsões”, lhe rendeu o título de Profeta da América.¹⁸ Estava particularmente preocupado com o destino dessas novas nações. A potência futura do novo continente poderia ofuscar o Velho Mundo ou ser uma oportunidade para a conquista de novos mercados. O fim do monopólio comercial de Portugal e Espanha abriria espaço para a verdadeira integração da América a uma ordem européia. Além da resistência das velhas metrópoles, De Pradt apontava outro impedimento à realização dessa utopia de uma América verdadeiramente européia: a presença crescente do elemento negro no continente. Escrevendo sob o impacto dos acontecimentos no Haiti, chega a conclusões “alarmantes”. Se o fluxo de escravos entre a África e as colônias não fosse logo interrompido, em breve a Europa perderia a América para a África:

L'Europe a mis la plus honorable sollicitude à prévenir la multiplication des nègres par la prohibition de nouveaux apports d'esclaves. Il est au moins aussi digne de son attention d'empêcher la multiplication des empires nègres auxquels on est exposé par tout ce qui se passe en Amérique.¹⁹

Na “Representação”, Bonifácio parte de preocupações semelhantes. Não é por acaso que concorda com a inclusão da longa nota sobre o “Congrès de Panama”, livro de De Pradt publicado em 1825. É exatamente o tema da revolta negra que lhe interessa no argumento, usado quase como uma ameaça aos proprietários escravistas no Brasil:

Mr. de Pradt, no seu Congrès de Panama, recentemente publicado, acerca do tráfico da escravatura, diz: ‘Le mot traite de nègres ne signifie plus aujourd'hui que ceci. A qui restera l'Amérique? À l'Afrique ou bien a l'Amérique?’ Antepomos aqui esta autoridade por ser de grande peso, omitindo, todavia, o que particularmente diz do Brasil, por isso que desejamos não vulgarizar muito entre nós tão triste verdade; baste que aqueles que têm o leme do Estado a conheçam para saberem aplicar o remédio.²⁰

Se parecia concordar com De Pradt no diagnóstico, Bonifácio estava, no entanto,

¹⁷ M. de Pradt. **Les six derniers mois de l'Amérique et du Brésil**, pp. 259-60.

¹⁸ É assim chamado na “Representação”, p. 76.

¹⁹ M. de Pradt. **Les six derniers mois de l'Amérique et du Brésil**, pp. 140-1.

²⁰ José Bonifácio de Andrada e Silva. “Representação sobre a escravidão...”, p. 65. Muito provavelmente, Antônio Menezes Vasconcelos de Drumond referia-se a passagens como “Ils ont été si imprudemment multipliés au Brésil, qu'ils y seraient les maîtres, le jour où ils en auraient la volonté”. De Pradt. **Congrès de Panama**, p. 79.

interessado em solução mais ampla do que a simples interrupção do fluxo de africanos. Sua idéia era incorporá-los como mais um elemento formador de uma população, em longo prazo, homogênea. Os brasileiros deveriam surgir dessa mistura de raças, que seguiria paralela e seria condição para a homogeneidade política — único resultado capaz de garantir a existência de um projeto nacional viável. Desse ponto de vista, a continuidade com a Europa significava, antes de tudo, o compromisso com a universalidade da razão e os princípios morais dela derivados. Seu conceito de civilização *mantém-se distante de qualquer relativização culturalista*, o que não significa que seu discurso não fosse infiltrado por uma compreensão das raças humanas como portadoras de certas qualidades e virtudes únicas. Seu projeto de criação do “cidadão” brasileiro passa pela correta combinação dessas virtudes através de um controlado processo de miscigenação:

É da maior necessidade ir acabando tanto **heterogeneidade física e civil**; cuidemos, pois, desde já, em combinar sabiamente tantos elementos discordes e contrários e em amalgamar tantos metais diversos, para que saia um todo homogêneo e compacto, que se não esfazele ao pequeno toque de qualquer nova convulsão política. Mas que ciência química e que desteridade não são precisas aos operadores de tão grande e difícil manipulação?²¹

Em seus manuscritos, Bonifácio constantemente anotava observações sobre as diferentes raças do Brasil e refletia sobre possíveis formas de aperfeiçoá-las. Enquanto o negro é associado ao trabalho e energia, o índio é geralmente caracterizado como indolente e estacionário, mas cuja boa índole permitia pensar em sua civilização, especialmente através de casamentos entre homens brancos e índias. A mistura do negro e do branco parecia especialmente promissora: “O mulato deve ser a raça mais ativa e empreendedora; pois reúne a vivacidade impetuosa e a robustez do negro com a mobilidade e sensibilidade do europeu; o índio é naturalmente melancólico e apático [...]”.²² Para incentivar o casamento entre brancos e índias, chega mesmo a pensar em oferecer um prêmio em dinheiro, pois este tipo de união era, em sua opinião, a melhor forma de civilizar os selvagens e incorporar esse “tesouro” à população do Brasil.²³ Em outros momentos, imaginou novas experiências: “Misturemos os negros com as índias, e teremos gente ativa e robusta — tirará do pai a energia, e da mãe a doçura e bom

²¹ José Bonifácio de Andrada e Silva. “Representação sobre a escravidão...”, p. 63. Grifo meu.

²² José Bonifácio de Andrada e Silva. “Anotações”. (sem data). In. **Projetos para o Brasil**, p. 126.

²³ *Ibidem*, pp. 137, 146.

temperamento”.²⁴

A forma como Bonifácio imaginava cumprir a tarefa moral e racional de integrar esses homens à população do Brasil procurava substituir o modo antigo de fazer política pela afirmação de uma verdade universal.²⁵ Em seus escritos pessoais, essa ação moral assumia formas cada vez mais imperativas: “Haverá uma câmara [...] Haverá uma irmandade [...] Haverá um jardim [...]”.²⁶ Essa dimensão demiúrgica de seus projetos subestimava os interesses reais tanto dos proprietários quanto da elite política. Sua arrogância ilustrada lhe permitia pensar soluções que confrontavam os interesses de uma complexa gama de agentes sociais. Em Bonifácio, o uso da imaginação enquanto força da prática política, aliada a um temperamento difícil, logo redundaria em perseguições e intolerância com os adversários, o que lhe resultou, em retorno, não menores conseqüências.

Bonifácio lançou mão de sua formação químico-metalúrgica para conceber um projeto formativo a partir da combinação de vários princípios/virtudes raciais em busca da “liga” social mais homogênea e resistente. No espírito da época, essa tarefa deveria ser conduzida pelos homens de razão: “O legislador sábio e prudente é um escultor, que de pedaços de pedra faz estátuas”.²⁷

Se o velho Portugal resistia à nova organização, sempre havia a possibilidade de criar um mundo privado, regido por uma convicção inabalável na verdade das próprias opiniões. Um bom exemplo dessa alternativa pode ser encontrado no plano para a sua “colônia de pretos” — uma das muitas listas e receitas encontradas em seus manuscritos:

Para a minha colônia de pretos: 1º) Comprar quase toda a ilha de Santo Amaro [...] 2º) Estabelecer pescarias bem dirigidas e salgações e barcos de costas com negro marinheiro e pilotos brancos (para o que comprar livros disto em francês e alemão).²⁸

A lista prossegue na enumeração de todas as atividades que planejava implementar em sua ilha microcosmo: contratar ferreiros, carpinteiros, fiandeiros; plantar pastos para todo o tipo de gado; fazer pólvora; proibir a caça e regulá-la;

²⁴ *Ibidem*, p. 156.

²⁵ Esse conflito, entre moral e política, é um dos elementos chaves na descrição do pensamento ilustrado em Reinhart Koselleck. **Crítica e crise**, *passim*.

²⁶ José Bonifácio de Andrada e Silva. “Anotações” (sem data). In. **Projetos para o Brasil**, pp. 138. O trecho refere-se à organização das aldeias indígenas.

²⁷ *Ibidem*, p. 156.

²⁸ *Ibidem*, pp. 158-59.

aproveitar as peles; estabelecer escolas de ler e escrever; ter cirurgião; construir fábricas de faiança e louça, enfim, “não comprar nada da Europa senão para vestidos finos e coisas de acepipes”.²⁹ A imaginação toma conta do projeto — de uma colônia de pretos o empreendimento transforma-se na criação de um complexo sistema social e econômico. Assim, não deveria esquecer ainda de fazer colônias de índios mansos, “comprar fazenda de gados em Curitiba” e “minas de Parnaíba para lavrar ouro”. Não faltaria, é claro, o incentivo às Letras em sua dimensão prática, pois deveria lembrar de “recolher todos os livros novos portugueses e espanhóis”, “fazer coleções de História Natural” e ter um jardim botânico para aclimatar novas espécies.³⁰

Depois dos acontecimentos traumáticos da Revolução Francesa, e vivendo em um ambiente social conservador, a forma mais imediata de realizar os princípios do século parecia ser abandonar o Velho Mundo e tentar novos espaços, vazios de passado e receptivos a receber os benefícios do novo mundo de ciência e civilização. O processo de independência do Brasil despertou em Bonifácio a esperança de tornar essa empresa pessoal em projeto nacional visando reconstruir um cosmos completamente organizado e harmônico, em que os homens do Velho Mundo poderiam encontrar novas energias para se libertarem de suas sociedades estagnadas. Desse encontro, patrocinado por uma natureza intacta e uma ciência triunfante, a civilização se renovaria reunindo energia para novas realizações.

Na “Representação”, está em jogo não simplesmente a discussão do fim da escravidão, mas qual o destino do novo país e os caminhos a serem trilhados para sua efetivação. O objetivo final do processo deveria ser a constituição de indivíduos autônomos, mas sociáveis, cuja formação moral levaria à reunião em sociedade sem que a energia e a felicidade individual estivessem comprometidas. Era o passado colonial, em especial sua herança escravista, o que poderia comprometer a expansão desse projeto civilizatório:

[...] Pois que se me antolha que a ordem das vicissitudes humanas está de todo invertida no Brasil. O luxo e a corrupção nasceram entre nós antes da civilização e da indústria. E qual será a causa principal de um fenômeno tão espantoso? A escravidão, senhores, a escravidão, porque o homem que conta com os jornais de seus escravos vive na indolência, e a indolência traz todos os vícios após si.³¹

²⁹ *Ibidem*, p. 160.

³⁰ *Ibidem*, pp. 158-61.

³¹ José Bonifácio de Andrada e Silva. “Representação sobre a Escravidão...”, p. 64.

Combater essa ameaça significava anular os efeitos desse passado, que não representava, na verdade, o movimento normal da História do Brasil. Por isso, a “Representação” era um exercício efetivo de história filosófica e pragmática. Ela apontava a necessidade de expurgar uma espécie de contaminação externa que desviava o desenvolvimento natural da história do Brasil:

Comecemos, pois, desde já esta grande obra pela expiação de **nossos crimes e pecados velhos**. Sim, não se trata somente de sermos justos devemos também ser penitentes; devemos mostrar à face de Deus e dos outros homens que nos arrependemos de tudo o que nesta parte **temos obrado há séculos** contra a justiça e contra a religião.³²

Não existe aqui nenhuma tentativa de relativizar os excessos do passado como algo que devesse ser entendido a partir de si mesmo. Esses pecados velhos não estão no passado, eles são parte do presente. Tal fenômeno se deve não apenas ao fato de a escravidão continuar a existir, mas fundamentalmente porque passado e presente ainda estão incomodamente próximos. O renovado corpo político, resultante da reorganização de elementos preexistentes e da assimilação de novos elementos, precisava responder por esses crimes velhos. A utilização do adjetivo velho é bastante reveladora dessa forma de lidar com o tempo. Tais pecados são velhos da mesma forma que qualquer outro objeto à mão pode ser velho. O fato de ter decorrido algum tempo desde seu surgimento não interfere em sua qualidade ontológica. Foi um crime ontem como é hoje e assim será sempre. Esse pecado velho não é a expressão de um tempo que pode ser evocado através de sua análise. Isso pressuporia a idéia de uma identidade de época, de uma espécie de individualidade histórica que não é relevante nesta **experiência do tempo**.³³

Mesmo afirmando que tais ações foram engendradas pelo interesse do despotismo, Bonifácio não irá inocentar a nação brasileira por esses atos cometidos há — e durante — séculos. Deixa muito clara essa responsabilidade pelo uso repetido da terceira pessoa do plural. Esse procedimento inicia uma tensão que o texto não parece querer resolver. A escravidão foi um mecanismo utilizado pelo despotismo para dividir e enfraquecer a

³² *Ibidem*, pp. 61-2. Grifos meus.

³³ Algo parecido pode ser visto na forma como Moraes se refere ao tempo no verbete crônica “História escrita conforme a ordem dos tempos, referindo a eles as coisas, que se narram”. (Antônio de Moraes e Silva. **Dicionário da língua portuguesa**, 1813, p. 497, I). O uso do substantivo plural indica uma percepção mais concreta do tempo, como se fosse um conjunto de pontos em uma tábua cronológica ou, o que era muito comum, o espaço entre as sucessivas dinastias.

sociedade colonial.³⁴ Logo, imagina-se que esse crime velho poderia ser transferido para a conta do antigo regime, mas não é isso o que acontece:

Com efeito, senhores, nação nenhuma, talvez, pecou mais contra a humanidade do que a portuguesa, de que fazíamos **outrora** parte. Andou sempre devastando não só as terras de África e Ásia, como disse Camões, mas igualmente a de nosso país. Foram os portugueses os primeiros que, **desde o tempo do infante Dom Henrique**, fizeram um ramo de comércio ilegal de prear homens livres e vendê-los como escravos nos mercados europeus e americanos.³⁵

Ora, esses homens e seus antepassados mais diretos fizeram parte da nação portuguesa, satisfeitos ou não com a forma com que os assuntos eram conduzidos. Todos participavam de um mesmo destino cuja experiência fora potencializada, desde 1808, com a transferência da Corte para o Rio de Janeiro. Muitos dos homens que fizeram a Independência participavam, direta ou indiretamente, do jogo político e social da antiga metrópole, inclusive o próprio Bonifácio.

No sistema da história universal que Bonifácio tinha em mente a ordem natural conduzia as sociedades, gradualmente, da barbárie à civilização. Uma vez atingido seu máximo desenvolvimento, o grupo social estagna e é ameaçado pela desorganização, cuja principal causa era a degeneração moral provocada pelo luxo que acompanha, geralmente, a civilização. No Brasil, essa ordem normal estava comprometida pela ação externa. Ao dissociar riqueza material e civilização, Bonifácio questionava profundamente o modelo escravista e a falsa civilização: “É de espantar, pois, que um tráfico tão contrário às leis da moral humana e santas máximas do Evangelho e até contras as leis de uma sã política dure há tantos séculos entre homens que se dizem civilizados e cristãos! Mentem; nunca o foram”.³⁶

Bonifácio procura instaurar um círculo virtuoso que deveria começar a ser posto em movimento com a progressiva liberação e civilização dos escravos. Isso transformaria as relações sociais, criando uma verdadeira ética do trabalho, única fonte de riqueza sólida e confiável. Por sua vez, a existência de liberdades individuais e uma ética do trabalho é o verdadeiro conteúdo da civilização, que deve ser assegurado pela existência de uma nação forte, que também surgiria naturalmente quando não mais

³⁴ “Se o antigo despotismo foi insensível a tudo isso, assim lhe convinha a ser por utilidade própria: queria que fôssemos um povo mesclado e heterogêneo, sem nacionalidade e sem irmandade, para melhor nos escravizar”. José Bonifácio de Andrada e Silva. “Representação sobre a escravidão...”, p. 61.

³⁵ *Ibidem*, p. 63. Grifos meus.

³⁶ *Ibidem*, p. 67.

existissem inimigos internos, e a massa de escravos pudesse ser vista como cidadãos prontos a pegar em armas na defesa da nação. A receita é clara: “[...] Nós lhes daremos toda a civilização de que são capazes no seu desgraçado estado, despojando-os o menos que pudermos da dignidade de homens e cidadãos”.³⁷

A verdadeira e duradoura civilização dependia agora da incorporação dos habitantes do Brasil ao estado de cidadãos e aos princípios cívicos e morais que essa condição implicava: o desenvolvimento das capacidades individuais pelo exercício de sua dignidade humana, inclusive na busca de seus interesses particulares através do trabalho. É importante sublinhar que **nação** aqui representa, antes de tudo, a soma desses interesses particulares. Somente a ampliação do número de participantes poderia garantir a continuidade e a estabilidade dos interesses. O objetivo último do círculo descrito acima não era a homogeneidade da nação, uma vez que essa era apenas um instrumento cuja utilidade racional era evidente para a manutenção, em longo prazo, da liberdade individual e da prosperidade, pois “Sem liberdade individual, não pode haver civilização nem sólida riqueza [...]”.³⁸

Portanto, é a permanência de uma concepção ilustrada de nação e cidadania que permite Bonifácio entender de modo não traumático a passagem, feita por ele mesmo, de antigos portugueses à novos brasileiros. Por cima dessas marcas de identidade locais regionais ou mesmo das fidelidades dinásticas, permanecia tranqüila a unidade da razão humana.

Bibliografia Citada

- ANDRADA E SILVA, José Bonifácio de. “Apontamentos para a Civilização dos Índios Bravos do Império do Brasil”. In _____. **Obra política**. Organização de Octaciano Nogueira. vol. II. Brasília: Senado federal, 1973.
- _____. **Projetos para o Brasil**. Organização de Miriam Dolhnikoff, São Paulo: Cia das Letras, 1998.
- _____. “Representação à Assembléia Geral Constituinte e Legislativa do Império do Brasil sobre a Escravatura”. In Costa, João Severiano Maciel da (*et alii*). **Memórias Sobre a Escravidão**. Rio de Janeiro; Brasília: Arquivo Nacional; Fundação Petrônio Portella, Ministério da Justiça, 1988.

³⁷ *Ibidem*, p. 68. Nesse ponto, a solução que Bonifácio propõe para o problema é bem mais complexa que a levantada por De Pradt. Se, para este, o fundamental parecia ser interromper o fluxo de escravos, para Bonifácio, era necessário, além disso, conquistar para os valores da civilização européia/universal aqueles africanos que já estavam na América.

³⁸ *Ibidem*, p. 76.

- _____. “Carta de... ao Sr. Menezes, datada de 16 de março de 1827”. In _____. **Obra política**. Organização de Octaciano Nogueira. vol. II. Brasília: Senado federal, 1973, p. 167.
- BENETON, Philippe. **Histoire des mots culture e civilisation**. Paris: Presses de la foundation nationale des sciences politiques, 1975.
- CASTRO, Therezinha de. **José Bonifácio e a Unidade Nacional**. Rio de Janeiro/São Paulo: Distribuidora Record, s/d.
- CAVALCANTE, Berenice. **José Bonifácio, Razão e sensibilidade, uma história em três tempos**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2001.
- DE PRADT. **Congrès de Panama**. Paris: Béchét Aine, Libraire-Éditeur, 1825.
- _____. **Les six derniers mois de l’Amérique et du Brésil**. Paris: F. Béchét Libraire, 1818.
- KOSELLECK, Reinhart. **Crítica e Crise**. Uma contribuição à patogênese do mundo burguês. Rio de Janeiro: Eduerj; Contraponto, 1999.
- LUCCOCK, John. **Notas sobre o Rio de Janeiro e Partes Meridionais do Brasil**. Belo Horizonte: Ed Itatiaia, São Paulo: Edusp, 1975.
- MALERBA, Jurandir. **A Corte no exílio: civilização e poder no Brasil às vésperas da Independência (1808 a 1921)**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- SILVA, Ana Rosa C. da. **Construção da Nação e Escravidão no pensamento de José Bonifácio, 1783-1823**. Campinas: Ed. da Universidade Estadual de Campinas, 1999.
- SILVA, Antônio de Moraes. **Dicionário de Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro: Oficinas da S.A. Litho-typografia Fluminense, 1922. (Fac-símile da segunda edição, 1813).
- SANTOS, José Luiz dos (Org.) **José Bonifácio**. São Paulo: Ícone, 1998.
- SOUSA, Otávio Tarquínio de. **O pensamento vivo de José Bonifácio**. São Paulo: Martins, 1944.